



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR DE PARANAGUÁ
CMPDP

ATA DA 4ª REUNIÃO DO ANO DE 2015
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 26/08/2015
DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR DE
PARANAGUÁ

Às 14:18 (quatorze horas e dezoito minutos) do dia 26 (vinte e seis) de agosto do corrente ano de 2015 (dois mil e quinze) reuniram-se na Sala de Reuniões do Gabinete do Exmo. Prefeito Municipal, os membros do Conselho do Plano Diretor de Paranaguá – CMPDP e demais presentes que assinam a lista de presença na qual constam as respectivas instituições que representam, anexa a presente Ata. A Vice-Presidente do CMPDP, Arquiteta Rita de Kássia Nanami Abe, presidindo a presente reunião, iniciou agradecendo a presença de todos, brevemente justificou o retardamento de dezoito minutos do início em razão da falta do quorum de no mínimo 14 (quatorze) membros; ainda, justificou a não chegada da presidente do CMPDP que estava a caminho da reunião em razão de estar assessorando ao Exmo. Prefeito Municipal na Capital Paranaense – Curitiba. Em seguida leu a pauta desta reunião, a saber: Avaliação das últimas deliberações do Conselho; Apresentação da proposta do Regimento Interno do Conselho Municipal do Plano Diretor de Paranaguá; Apresentação do Plano de Mobilidade Municipal; Definições de Metas do Conselho para o próximo Bimestre; Comunicados; Espaço Aberto para assuntos Gerais e Encerramento. Em sequência passou a palavra ao Técnico da Secretária Municipal de Urbanismo – SEMUR, Eng.º Norberto André Jamnik Neto, o qual apresentou a proposta do Regimento Interno do CMPDP, informando que a minuta é o resultado da compilação de três Regimentos Internos de outros municípios, após ampla pesquisa, que se adequam mais às necessidades e à realidade do CMPDP, os quais foram revestidos pelos Técnicos da SEMUR e alguns membros do CMPDP, a saber: a Presidente do CMPDP Eng.ª Aline Carla de Lima Dias Costa, Eng.º Norberto André Jamnik Neto ambos da SEMUR, Dr. Nilson dos Santos Wistuba da OAB/PR, e Dra. Ana Carla Menezes Patriota da PROGEM; continuou com a leitura sucinta de artigos destacados da minuta do que fora previamente enviada – via e-mail – aos membros do CMPDP; ressaltou e esclareceu os pontos principais e mais polêmicos. Alertou quanto à necessidade das Instituições com cadeira neste CMPDP que indique os seus representantes para titular e suplente, caso haja necessidade de substituição dos mesmos, com a finalidade de se completar o quadro de membros e, principalmente, garantir o número de membros "efetivos" em todas as reuniões deste Conselho com direito a voz e a voto. Às 14:26 (quatorze horas e vinte e seis minutos) a Presidente do CMPDP Eng.ª Aline Carla de Lima Dias Costa chegou e aguardou a conclusão da leitura parcial da minuta do Regimento Interno, sendo que passou a presidir a presente reunião às 14:36 (quatorze horas e trinta e seis minutos) cumprimentando a todos e justificando o seu atraso devido estar em atendimento ao Exmo. Prefeito Municipal. Em



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR DE PARANAGUÁ
CMPDP

sequência, o Conselheiro Eng.º Luiz Affonso Ribeiro da Silveira solicitou esclarecimentos quanto às questões dos Servidores Municipais estarem em Conselhos e Comissões e da questão da não remuneração no CMPDP se não confrontaria o Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá; quando foi esclarecido que apenas existe remuneração nas Comissões o que ocorrerá quando forem compostas e designados Servidores Municipais. Oportunidade, em que fora esclarecido quanto ao cuidado da paridade na representatividade das instituições e que deve ser observado pelas instituições - que não sejam as secretarias municipais - se a pessoa indicada possui algum vínculo com o Município, até para que se evitem conflitos de interesses ou que se gerem dúvidas quanto à livre manifestação de vontade em representação da instituição. Ainda, os Membros Eng.º Luiz Affonso Ribeiro da Silveira e Eng.º Paulo Emmanuel do Nascimento Júnior questionaram alguns artigos quanto ao fato de constar por vezes maioria, outras vezes maioria absoluta; quando foi esclarecido que para iniciar a reunião é necessária a maioria simples de 50% (cinquenta por cento) dos membros votantes, ou seja, 14 (quatorze) membros, e que para votar é necessário maioria absoluta de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos membros votantes e desimpedidos - que não tenham interesse no resultado de cada votação, ou seja, 15 (quinze) membros aptos a votar; ainda, que todos os membros titulares e suplentes tem direito a voz, sendo que apenas um destes será considerado apto a votar por instituição - independente da presença do titular e/ou do suplente, ou seja, o voto do titular ou o voto do suplente, mas apenas um voto por instituição. Nesta oportunidade, fora acordado que cada membro das instituições com representação neste Conselho terá até o dia 10 (dez) de setembro do corrente ano, para protocolar na SEMUR com a Arquiteta Ana Cristina Negoseki, os seus apontamentos e sugestões de alteração da Minuta do Regimento Interno do CMPDP; ainda, que no dia 30 (trinta) de setembro do corrente ano às 14:00 horas na Sala de Reuniões do Gabinete do Exmo. Prefeito Municipal será realizada a 2ª Reunião Extraordinária com a finalidade de se votar e aprovar a Minuta do Regimento Interno do CMPDP. Quando passou a palavra à Vice-Presidente do CMPDP, Arquiteta Rita de Kássia Nanami Abe, a qual passou a apresentar o Plano de Mobilidade Urbana de Paranaguá, em destaque o Conceito e Diagnóstico apresentado em Audiência Pública realizada em 19 (dezenove) de agosto deste ano, no Palácio Carijó, no Auditório da Câmara Legislativa Municipal de Paranaguá, com presença maciça de diversos segmentos da sociedade parnanguara o que foi registrado por diversos meios de comunicação. Explanou resumidamente sobre alguns slides da citada Audiência Pública que serão disponibilizados na íntegra junto ao site deste Município, no seguinte endereço: www.paranagua.pr.gov.br. Repassou a Legislação pertinente, tais como: Lei nº 10.098/2000 que instituiu os Princípios da Acessibilidade Universal e Lei nº 12.587/2012 que institui a Política da Mobilidade Urbana, a seguir transcrito:

[Vertical list of handwritten signatures in blue ink]

2/3

[Horizontal list of handwritten signatures in blue ink]



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR DE PARANAGUÁ
CMPDP

"Art. 24 - O Plano de Mobilidade Urbana é o instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana e deverá contemplar os princípios, os objetivos e as diretrizes desta Lei, bem como:

§ 1º - Em Municípios acima de 20.000 (vinte mil) habitantes e em todos os demais obrigados, na forma da lei, à elaboração do plano diretor, deverá ser elaborado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os respectivos planos diretores ou neles inserido".

Oportunidade que a Presidente do CMPDP, Eng.^a Aline Carla, esclareceu que várias audiências públicas ocorreram para colher sugestões de vários segmentos da sociedade, pois, o Plano de Mobilidade deve ser submisso ao Plano Diretor de Paranaguá. A Arq.^a Rita de Kássia comentou que cada etapa do Plano de Mobilidade Urbana será apresentada ao CMPDP em razão da adequação ao Plano Diretor. A Presidente do CMPDP entrevistou que é sobre a área urbana, não porque não haja preocupação com as áreas rurais e insulares, mas sim para atender a legislação federal, e que para médio prazo será realizado estudos para as áreas rurais do Município. Continuou explanando sobre as dinâmicas, definições, a legislação no passar dos anos de 2000 a 2012, dos Princípios do Direito de Ir e Vir. Em sequência sobre as Etapas do Plano de Mobilidade Urbana de Paranaguá, a saber: I - levantamento de Dados, mobilização com diversas Reuniões Setoriais com grupos específicos, elaboração do diagnóstico e prognóstico - fase já concluída; II - Audiência Pública para apresentação deste Conceito, Diagnóstico e Prognóstico do Plano - fase já concluída em 19 (dezenove) de agosto deste ano; III - Elaboração das propostas baseadas no diagnóstico - em elaboração; IV - Audiência Pública para apresentação das propostas a realizar-se em 23 (vinte e três) de setembro deste corrente ano; V - Elaboração do projeto de Lei para envio à Câmara - a realizar. Ilustrou a apresentação com mapas indicando a área Urbana deste Município, a localização dos Bairros, dos Equipamentos Públicos; das Densidades Demográficas - por exemplo: Vila Cruzeiro, Porto dos Padres, Serraria do Rocha, Jardim Araçá, e Vila Paranaguá -. Indicou o Sistema Viário atual. A Presidente do CMPDP esclareceu que a Legislação Municipal define as Vias Estruturais, Arteriais, Coletoras e Locais, as quais desde o ano de 2007 (dois mil e sete) foram traçadas. Observou as concentrações de uso residencial, industrial, comercial e de serviços; salientou os principais destinos dos deslocamentos na cidade; dos polos geradores de tráfego, das áreas de difícil acesso - área rural das colônias, Alexandra, continente do outro lado da Baía de Paranaguá e Ilhas - das comunidades isoladas, das principais barreiras e gargalos - Baía de Paranaguá, Rios Emboguaçu e Itiberê, Linha Férrea, Pátio Ferroviário, Aeroporto, BR 277, Avenida Ayrton Senna da Silva e Avenida Bento Rocha- Sobre os Modais destacou o potencial aquático, hidroviário e marítimo para o deslocamento em razão da Baía e dos Rios navegáveis, sendo que Paranaguá em apenas dez



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR DE PARANAGUÁ
CMPDP

anos passou de 50 (cinquenta) para 200 (duzentos) barqueiros, destacou que não há legislação adequada; potencial de transporte aéreo e a Zona de Proteção em projeções em forma de Cones que impedem construções com pavimentos superiores a dois. Destacou o potencial turístico das duas estações ferroviárias do Centro Histórico e da Alexandra; e da dificuldade de transposição das passagens de níveis férreas e dos conflitos em horários de pico de tráfego de pedestres, ciclistas e demais veículos motorizados. Destacou que o transporte coletivo atende a quase todas as áreas, mas, com deficiência de número de viagens e com horários esparsos. Tratou sobre a problemática do Transporte de Carga em conflito com áreas residenciais e com os ciclistas e pedestres; destacou as áreas proibidas de tráfego pesado como o Setor Histórico e a Área Envolvória. Sobre o número expressivo de 59.483 (cinquenta e nove mil e quatrocentos e oitenta e três) emplacements de veículos em Paranaguá no ano de 2014 (dois mil e quatorze), sem contar com os veículos emplacados em outras localidades, vez que é sabido que os paranaguáras por vezes optam em emplacar na Capital – Curitiba. Destacou o Estacionamento Rotativo do PERTO com 690 (seiscentos e noventa) vagas para veículos de passeio, 08 (oito) vagas para carga e descarga e 332 (trezentos e trinta e duas) vagas para motocicletas. Apontou os pontos críticos na malha viária vinculados a acidentes em cruzamentos, apresentando os índices de acidentes e seus atores (moto, carro, bicicleta, pedestre, caminhão, ônibus). Saliu-se o fato de que falta EDUCAÇÃO no TRÂNSITO principalmente de ciclistas e pedestres desatentos e despreocupados; demonstrou a não opção pelo uso das ciclovias e ciclofaixas; e do abuso e desrespeito de motociclistas e motoristas que estacionam ou trafegam nas áreas destinadas aos ciclistas. A Servidora Jornalista Luciane Chiarelli informou que há um processo licitatório em andamento para contratação de uma agência de publicidade e que, como divulgado em edital, as empresas terão que apresentar material publicitário para Campanha de Educação no Trânsito focado nos Ciclistas e nos Pedestres. Com o certame dando certo, a campanha vai auxiliar a Prefeitura na conscientização destes agentes no trânsito de Paranaguá. A Vice-Presidente do CMPDP ilustrou todas as ciclovias e ciclofaixas existentes no Município, algumas sob responsabilidade de outros entes públicos. Destacou que a iniciativa privada providencia bicicletários, e que, inclusive, o maior bicicletário da Rede dos Supermercados Condor fica no Hiper Condor de Paranaguá, vez que os funcionários e consumidores fazem o uso natural pela bicicleta, não havendo necessidade de incentivo para o uso, que é inclusive meio de transporte e lazer para toda a família, desde a mais tenra idade. Ilustrou sobre o espaço que sessenta pessoas a pé ocupam na via, o espaço ocupado por sessenta pessoas em um ônibus de transporte público, e o espaço preocupante ocupado por sessenta pessoas em sessenta veículos de passeio. Ressaltou a importância da mobilidade dos pedestres e de pessoas deficientes físicas ou com dificuldade de locomoção, da questão da



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR DE PARANAGUÁ
CMPDP

acessibilidade nas calçadas, faixas de pedestres, sinalização tátil. Das dificuldades em razão de desníveis, obstáculos, ausência ou inadequação de calçadas, ocupações irregulares de espaços públicos, pisos escorregadios, falta de acabamento, estacionamentos em conflitos com passeios para pedestres. O que salientou ser um problema de CÓDIGO DE POSTURAS e FISCALIZAÇÃO segundo manifestação de vários membros, que afirmaram que somente as multas educarão os proprietários dos imóveis. Foi alertado que os pedreiros deveriam ser orientados quanto à maneira correta de se executar uma calçada e o passeio. A Presidente do CMPDP afirmou que a fiscalização é realizada, mas que a demanda é muito expressiva, e que pretendem padronizar as calçadas nas principais vias do Município. A Arquiteta Rita, ainda, tratou sobre a sinalização de trânsito em geral. Comentou sobre a Ilha dos Valadares e a passarela. Informou sobre as Reuniões Setoriais com o Grupo da Paranaguá Criativa; de Portadores de Necessidades Especiais; de Veículos Pesados; de Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Litoral; da Ilha dos Valadares; dos Taxistas; dos Barqueiros; da Comunidade Técnica Científica do IFPR; do Transporte Coletivo da Viação Rocio. Fora questionado sobre a participação da ACIAP e dos comerciantes que geram as demandas de trânsito de pedestres, ciclistas, motoristas, e que muitas vezes as suas próprias calçadas não são acessíveis e totalmente inadequadas, inclusive com placas e outros obstáculos. A Arquiteta Rita esclareceu que as instituições se apresentam e as reuniões são agendadas, mas que podem contatá-los. Ainda, ressaltou as participações via site www.paranagua.pr.gov.br, as quais podem continuar, e da possibilidade de protocolo diretamente nas Secretarias Municipais de Planejamento, Urbanismo e Segurança. Destacou os principais resultados, tais como as Condicionantes – Estrangulamento Geográfico entre os Rios Itiberê e Emboguaçú, Existência do Porto que gera o Tráfego de Veículo Pesado, Barreiras Estruturais como Rios, Rodovias e Ferrovia, Cento Histórico Tombado como Patrimônio Histórico Federal e Estadual (quando fora comentado da preocupação de não provocar o esvaziamento, a não utilização ou inviabilizar o uso comercial ou de serviços, bem como o atendimento turístico), Legislação Ambiental (limitante para o desenvolvimento para algumas atividades que visa a proteção das paisagens, por exemplo); Deficiências – Descontinuidade da Rede Cicloviária, falta de manutenção, sinalização insuficiente, conflito entre ciclistas e condutores de veículos motorizados, Trânsito de Caminhões e Estacionamento destes em ruas residenciais danificando a infraestrutura, política e aplicação da legislação inadequadas para o transporte de carga e más condições das vias, Transporte Aquaviário sem estrutura, atracadouros sanitários e estacionamentos e falta de apoio à atividade em forma de políticas, legislação e comunicação, Falta de diretrizes para parada de veículos nas escolas na hora do término das aulas, falta de término das aulas, falta de pontos livres e pontos críticos que complicam inviabilizam o fluxo viário, Sinalização e Infraestrutura inadequadas



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR DE PARANAGUÁ
CMPDP

e insuficientes para portadores de necessidades especiais, Transporte Coletivo Municipal e Intermunicipal não adaptado, Barreiras Urbanas e não aplicação das normas de acessibilidade, alto custo da passagem de ônibus, falta de bicicletário e paraciclos, falta de mototáxi, falta de local para carga e descarga e distribuição de carga; Potencialidades – Presença do Porto de Paranaguá, fator Econômico e Turístico, Existência da Linha Férrea, BR-277, Aeroporto, importância turística, econômica e ambiental, existência de Rios e Mar, transporte hidroviário e marítimo, existência das edificações históricas e de paisagem natural para contemplação do pedestre, Relevo da Cidade é Plano, Aspecto Cultural no Uso da Bicicleta e Uso da Família toda, Integração dos diferentes tipos de transporte; Desafios – Equilíbrio entre os diferentes tipos de Transporte e diferentes demandas de Espaço Público; Campanhas contínuas de Educação no Trânsito para toda a população; Melhorar e padronizar calçadas e vias garantindo sua manutenção, adequação da infraestrutura e aplicação da legislação de acessibilidade no espaço público; dar suporte e compatibilizar o fluxo de caminhões garantindo a qualidade de vida do cidadão através da organização, do controle e das políticas, Compatibilizar horários das manobras férreas com os horários de picos de trânsito da cidade, Regularizar e dar suporte ao transporte aquaviário integrado e intermodal. Relatou sobre o Núcleo de Acompanhamento a Eleição de Representantes da Sociedade Organizada deste Município, a saber: Representante de Bairros, de Entidades de Classe, da Câmara de Vereadores, de ONG, de Comerciantes, de Instituição Educacional e da APPA, ALL-Rumo e Ecovia. Por fim, da Audiência Participativa com o questionamento: "Qual a Cidade que queremos em relação à Mobilidade?". Por fim, destacou a participação das Secretarias de Serviços Urbanos, Segurança, Urbanismo, Obras Públicas, Habitação e Assuntos Fundiários, Governo e Unidade de Gerenciamento de Projetos. Em sequência surgiram questionamentos sobre as obras executadas pela Concessionária ECOVIA na PR-407 da Alexandra - Pontal do Paraná; foi esclarecido que a ECOVIA modificou o projeto algumas vezes até para atender à demandas dos moradores da região afetada pela obra, e que o Município acompanha a execução e que, inclusive, realizou fiscalização e entrevistou com relação à rampas de acesso que terminavam em postes ou acessavam nada, e outras situações pontuais. Foram ressaltadas questões referentes aos retornos distantes, sendo que a Eng.^a Aline esclareceu que a ECOVIA alega que é uma questão de segurança em razão da aceleração e desaceleração necessárias para o ingresso e saída da PR-407. Foi questionado sobre as ocupações das margens dos rios e da baía dentro da faixa de 30 (trinta) metros. Quando foi esclarecido que as ocupações que respeitem a faixa de 15 (quinze) metros podem ser regularizadas em casos que seja viável Projeto de Regularização Fundiária em Zonas de Especial Interesse Social, o que deve ser avaliado caso a caso, habitação por habitação. O Membro Sr. Tiago H. R. Teodoro representante da ALINPAR, informou que a instituição contribuirá com o Plano



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR DE PARANAGUÁ
CMPDP

de Mobilidade colhendo sugestões em reuniões que realizará nos dias 04, 07, 09, 14 e 16 (quatro, sete, nove, quatorze e dezesseis) de setembro deste ano, respectivamente, na Ilha dos Valadares, Porto Seguro, Samambaia, Serraria do Rocha e Costeira; reunindo os munícipes dos bairros destas cinco regiões com a iniciativa e cooperação dos Presidentes dos respectivos Bairros junto à comunidade local. **DEFINIÇÕES de Metas do CMPDP para o próximo bimestre:** reunião extraordinária no dia 30 (trinta) de setembro para aprovação da Minuta do Regimento Interno do CMPDP; reunião ordinária no dia 30 (trinta) de outubro para definição das Câmaras Técnicas para atuar como auxílio do CMPDP na Revisão do Plano Diretor de Paranaguá, definição da equipe responsável pelo estudo. **Comunicados:** reunião extraordinária no dia 30 (trinta) de setembro para aprovação da Minuta do Regimento Interno do CMPDP; reunião ordinária no dia 30 (trinta) de outubro; Audiência Pública do Plano de Mobilidade no dia 23 (vinte e três) de setembro; protocolo das propostas e sugestões de alteração da minuta de Regimento Interno do CMPDP até o dia 10 (dez) de setembro com a Arquiteta Ana Cristina Negoseki no Protocolo da SEMUR. **Assuntos Gerais:** Cooperação de todos no Combate à DENGUE, que já ocorreram quatro ciclos do "FUMACÊ" e será completado o quinto e último ciclo do "FUMACÊ" para nova avaliação de número de focos; que será realizada mutirão de limpeza no Jardim Araçá e que solicita-se que todos os Munícipes retirem de seus terrenos qualquer utensílio ou material que possa acumular água e se tornar mais um foco da dengue. Por fim, para que todos cuidem da limpeza e asseio de todos os locais de suas casas, das casas dos vizinhos, dos locais de trabalho, enfim, da cidade. Por derradeiro, a Presidente do CMPDP encerrou agradecendo a presença e participação de todos. Encerrada a reunião às 15:41 (quinze horas e quarenta e um minutos). E, para constar, eu, ANA CARLA MENEZES PATRIOTA, Procuradora Municipal – PROGEM deste Município, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada por mim pela Presidente e demais membros do CMPDP.


Aline Carla de Lima Dias Costa
Presidente do CMPDP

Rita de Kássia Nanami Abe
Vice-Presidente do CMPDP

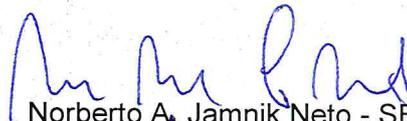

Ana Carla Menezes Patriota
Secretária em exercício



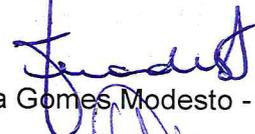
MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR DE PARANAGUÁ
CMPDP

Membros do CMPDP:

Paulo Emmanuel do Nascimento Jr – AEAALL


Norberto A. Jamnik Neto - SEMUR

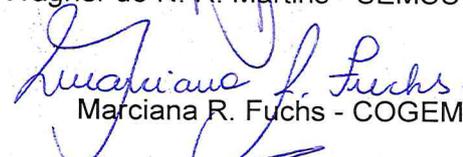
Luiz Affonso Ribeiro Silveira – ONG-CSU


Vânia Gomes Modesto - SEMFA

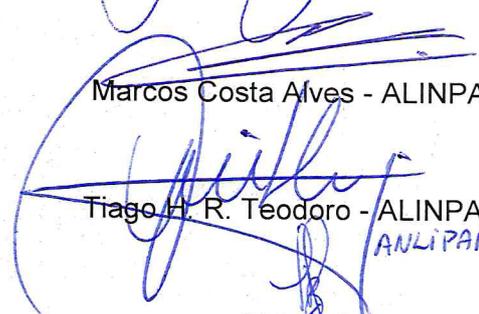
Laércio Boguchevski Ribeiro – CREA


Wagner do N. R. Martins - SEMSU

Nilson dos Santos Wistuba - OAB


Marciana R. Fuchs - COGEM

Raul da Silva Claudino – COPEL


Marcos Costa Alves - ALINPAR

Julio César Bastos Ribas – CAGEPAR

Tiago H. R. Teodoro - ALINPAR

Roberson Costa Spagnol – BOMBEIROS

Thiago Beki – AMIV

Fábio Rodrigues Marques – Núcleo Reg. Ed.



X

ae



